

**A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO POLÍTICO: A ANÁLISE
MÉDICA COMO MÉTODO DO DEBATE POLÍTICO EM
DIAPOLITEIA DE JOHN ROGERS**

**THE MEDICALIZATION OF THE POLITICAL BODY THE MEDICAL:
AN ANALYSIS OF THE METHOD OF POLITICAL DEBATE IN THE
DIAPOLITEIA OF JOHN ROGERS.**

Jaime Fernando dos Santos Junior*

RESUMO

O objetivo deste texto é tratar sobre a imagem que relacionava o corpo natural ao corpo político, uma das mais importantes analogias da cultura política europeia durante a Idade Moderna. A seguir, pretende-se entender como essa metáfora foi medicalizada e as anomalias sociais passaram a ser pensadas por meio dos discursos médicos. Precisavam ser diagnosticadas e devidamente tratadas. Ao fim, se procura analisar por meio da obra *Diapoliteia*, escrita pelo republicano milenarista John Rogers, como este autor combate a metodologia médica utilizada pelo advogado William Prynne e pelo teólogo Richard Baxter. Procura mostrar que os equívocos cometidos por seus oponentes se deve à falta de conhecimento das práticas e caminhos fornecidos pela medicina.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Inglesa, John Rogers, Corpo político, discurso médico, medicalização da sociedade.

ABSTRACT

The aim of this paper is to think about the image that related the natural body to the politic body, one of the most important analogies of European political culture during the Modern Age. From this starting point, we intend to understand how this metaphor has been medicalized and the social anomalies began to be thought within medical discourses that prescribed the need of proper diagnosis and treatment. Finally, our goal is to analyze through the work *Diapoliteia* written by the millenarian republican John Rogers and how this author fought the medical methodology used by the lawyer William Prynne and the theologian Richard Baxter. The research shows that the mistakes made by his opponents are due to the lack of knowledge of practices and paths provided by medicine at the time.

KEYWORDS: English Revolution, John Rogers, politic body, medical discourse, social medicalization.

* Mestrando em História na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
E-mail: jafersantos@gmail.com.

Introdução

Uma das imagens mais importantes da cultura política europeia durante a Idade Moderna é aquela que serve de metáfora à relação entre o corpo natural e o corpo político. Embora ainda hoje tenhamos resquícios dessa analogia – como, por exemplo, quando falamos coisas como membros do congresso, braço armado do Estado, cabeça de um movimento, coração de uma empresa, etc. – nada se compara à força que essa figura tinha entre os fins do período medieval e início dos tempos modernos. Seu uso, enquanto descrição e prescrição de comportamentos necessário à manutenção da ordem social, permeava corações e mentes coevos.

A noção que foi apropriada da Igreja, como representante do corpo místico de Cristo, foi secularizada e passou a significar igualmente o corpo político a partir da Baixa Idade Média. Com a Reforma e a ascensão de uma concepção invisível (não institucional) de Igreja, a analogia corpórea se ligou ainda mais ao Estado. Não apenas isso, o movimento de dessacralização do corpo permitiu que se analisassem os distúrbios sociais como enfermidades. Precisavam ser diagnosticadas e corretamente tratadas. Desta forma, o discurso médico se ligou fortemente à análise política. E a relação entre a natureza corporal e a arte de se construir e manter o governo passou por um radical processo de medicalização.

A abrangência desse processo é notória, cercando todo o período moderno e o continente europeu. No entanto, dentro dos limites desse artigo, procuramos analisar a utilização da imagem principalmente na Inglaterra, durante a Revolução (1640-1660).¹ Na guerra civil e no interregno, regalistas (defensores da monarquia) e republicanos (defensores da *commonwealth*) fizeram uso da analogia entre corpo natural e corpo político, ora para justificar a ordem, ora para reivindicar a cura daquela entidade corporal corrompida pela a constituição anterior (dividida em Rei, Lordes e Comuns) e destruída pela ação militar e parlamentar.

¹ Em um artigo publicado recentemente, procurei justificar a preferência pelo termo “Revolução” em detrimento de outras categorias como “Grande Rebelião” (SANTOS JUNIOR, 2013). É por isso que o utilizarei para me referir ao período em questão.

Os (des)caminhos da Revolução são muitos, passando pela guerra civil, o regicídio, a instauração da *commonwealth*, do estabelecimento do protetorado e sua queda, a Restauração da monarquia, etc. Todavia, para analisar o emprego do discurso médico no debate político utilizaremos uma polêmica acontecida em 1659, no breve período que seguiu a queda do parlamento de Richard Cromwell e o retorno da *commonwealth*. As discussões foram intensas naquele ano. Os coevos se encheram de expectativas com a morte de Oliver Cromwell, em setembro de 1658, e com o fim do protetorado com a destituição de seu filho em maio de 1659. De um lado, esta esperança se assentava na possibilidade que se abria com o retorno da república, do outro, na volta do filho do Rei executado em janeiro de 1649. Naquele período, a Inglaterra presenciou uma proliferação incomparável de textos discutindo a melhor forma de governo para o país.

Os republicanos, amparados na noção de soberania popular, buscaram refletir mais detalhadamente sobre suas formulações de governo, tanto com bases clássicas e seculares, quanto com bases teocráticas e milenaristas. Levavam a bandeira da *Good Old Cause*, reivindicando um governo parlamentar e sem qualquer vestígio de uma estrutura que permitisse o poder de Única Pessoa (*Single Person*). Já os regalistas, ancorados na tradição e na conservação, clamavam pela volta da Monarquia, do Rei, da Câmara dos Lordes e dos membros excluídos da Casa dos Comuns em 1648. Queriam o retorno da sociedade anterior à guerra civil. 1659, de alguma forma, revela-se como uma síntese das forças e ideias presentes entre a Revolução e a Restauração, parecendo conter uma expectativa de um passado interrompido e o desejo de um futuro por algo já experimentado.

Nesse contexto de intenso debate, como apontou Ruth E. Mayers, propagandas e publicações desinteressadas praticamente não existiam. Os diferentes autores e panfletistas ofereciam seus projetos políticos e sociais para apreciação pública com o claro intuito de oferecer suas formulações para o estabelecimento da República ou para o retorno da Monarquia. Como diz a historiadora, “os debates impressos não eram exercícios de abstração intelectual, mas contendas mortalmente diligentes que tinham profundas consequências para o momento”. Os autores se sentiam confiantes em sua capacidade de formar opiniões, convencer leitores, agregar corpo às suas posições e influenciar nos acontecimentos cotidianos. (2004, p. 184 e 208) É adentrando no interior

desses debates que moldaram o ano de 1659 que se pode avaliar mais profundamente a contribuição dos diferentes escritores e panfletistas pela causa da *Commonwealth*, seja defensiva ou ofensivamente.

Assim, em 1659, houve disputas ferozes entre vários autores e grupos pelo estabelecimento de um modelo de governo. Um exemplo interessante é a fonte que analisaremos aqui: *Diapoliteia. A Christian concertation with Mr. Prin, Mr. Baxter, Mr. Harrington, for the true cause of the Commonvvealth*, escrita pelo republicano milenarista John Rogers. Neste texto, o autor combateu as posições de três distintos pensadores: William Prynne, advogado puritano, defensor do retorno dos Stuarts e importante agente regalista durante o protetorado; Richard Baxter, um ministro e escritor religioso, adepto de uma monarquia com poderes limitados e de teor teocrático; e James Harrington, um dos principais pensadores do republicanismo e proponentes de um modelo de governo calcado na soberania popular. Além de defender a república, indicando o que as propostas dos três autores a ameaçava, propõe como solução para os males que afligiam a Inglaterra a constituição de uma *Commonwealth* Cristã teocrática.

Todavia, aqui iremos analisar apenas um dos temas que são debatidos em *Diapoliteia* e que nos interessa mais diretamente neste texto: a corporificação da *commonwealth* e seu diagnóstico médico para a cura dos desarranjos e males. Essa é uma questão importante, pois aparece na obra como um método retórico de combate e de sustentação de seu argumento em defesa da república. Rogers se utiliza da famosa analogia entre corpo natural e político para atacar a anatomia que William Prynne diz ter feito dos republicanos e outros defensores da *Good Old Cause* e as prescrições que Richard Baxter faz ao exército no prefácio de *A Holy Commonwealth*, as quais o republicano diz terem sido indicadas como pílulas por um médico imprevidente.

Corpo Natural e Corpo Político: a medicalização dos desarranjos sociais

Durante muito tempo, o pensamento político europeu se utilizou da cadeia cósmica e divinamente ordenada, que poderia ser observada desde o microcosmo até o macrocosmo do reino, como uma maneira de explicar a sociedade. Assim, analogias entre o leão, o rei dos animais; a rosa, a mais soberana das flores; o sol, o mais poderoso

dos corpos celestes, etc. serviam como símiles à figura do monarca, o mais alto no comando do Estado. A sociedade se dava na diferença e no respeito às hierarquias, das pequenas relações às mais poderosas. Aspectos dos vínculos familiares eram apropriados sem grandes problemas ao âmbito político do reino. Como se acreditava durante a época moderna, a dependência de um súdito frente ao seu rei seria similar a de um servo diante de seu senhor, de um filho perante seu pai, ou de uma esposa frente ao seu marido. Reis defendiam uma relação fraternal ou marital diante de seus comandados. É isso que Jaime I quis demonstrar no discurso que realizou em seu primeiro parlamento, quando afirmou ser a Inglaterra a sua esposa. Dentro dessas relações entre micro e macrocosmo talvez uma das mais poderosas seja a analogia entre corpo natural e corpo político (OSTRENSKY, 2005, p. 1, 57; SANTOS JUNIOR, 2010, p. 36-72).

Por essa alegoria, todo conglomerado de súditos do reino formaria um grande corpo político. Este, similar ao corpo humano que é formado por membros ao comando de uma cabeça, teria suas partes compostas por indivíduos sujeitados e unidos sob uma mesma cabeça: o rei. O monarca, centro desta corporeidade, tinha sua natureza geminada. De um lado era homem, sujeito a todas as privações e degenerações físicas sofridas por todos os seres, inclusive a morte; de outro era uma entidade eterna que se perpetuava como espécie, independente da vida e irracionalidades daquele que ocupava a função real. O primeiro representava o corpo natural do rei, que como pessoa só podia estar em um lugar ao mesmo tempo, o outro, o corpo político do Rei, onipresente em todos os domínios do monarca (OSTRENSKY, 2005, p. 52; KANTOROWIC, 1998).

Por muito tempo essa analogia foi utilizada para reforçar a obediência dos súditos; seria um mundo fora de ordem se os membros quisessem se rebelar contra a cabeça que os comandava. Mesmo em tempos de crise esta metáfora foi utilizada como uma forma de restaurar a harmonia perdida. Durante a Revolução, como sugere Skerpan, muitos autores da literatura regalista procuraram recuperar essa imagem orgânica da sociedade. Para enfatizar a rebeldia do exército e dos defensores do novo governo, se utilizaram desse *topos* para interpretar os últimos anos de guerra civil e as alterações subsequentes como um desequilíbrio ou doença do corpo político. A restituição de sua saúde estaria assim na restauração daquela cabeça de direito a

comandar o corpo. A cura viria com o retorno de Carlos Stuart e da monarquia para Inglaterra (OSTRENSKY, 2005, p. 55, 56; SKERPAN, 1992, p. 172, 173).

No entanto, a analogia não era monopólio único dos escritores monarquistas. Autores republicanos utilizariam a mesma figura retórica das similitudes entre o corpo natural e o corpo político para desenvolver seus argumentos em favor da república. Henry Vane pensou a união dos adeptos da *Good Old Cause* como aqueles que comporiam o Corpo da *commonwealth*, falando na necessidade de que suas feridas fossem curadas contra o fortalecimento do inimigo comum, do interesse privado e da negação dos direitos fundamentais. James Harrington indicou no prefácio do livro III de *Art of Lawgiving* que a proposição de um modelo político não era “nada mais do que uma anatomia política” (HARRINGTON, 2010, p. 656). John Milton comparou a *commonwealth* a um gigantesco e honesto personagem cristão. A analogia entre corpo natural e corpo político era uma das mais importantes metáforas para os autores republicanos, pois, como demonstrou Quentin Skinner, para estes, os Estados poderiam perder suas liberdades como um homem escravizado. O conhecimento dos meios que o corpo natural perdia sua independência os ajudaria a entender como o corpo político se tornava escravo de um poder arbitrário (VANE, 1656; SCOTT, 2004, p. 180, 181; SMITH, 1994, p. 155; SKINNER, 1998, p. 31-54).

Um pensador importante que forjou uma das mais poderosas imagens dessa relação entre o corpo natural e o corpo político foi Thomas Hobbes. Sua definição do Estado como um homem artificial reforça essa correlação. Este autor, defensor da monarquia, apresenta um ser criado pela arte, para a defesa e proteção da *civitas*, que se levantaria acima de todas as individualidades dispersas no povo, possuindo força e estatura superiores aos seres comuns. Como afirma Nigel Smith, “esta vasta figura tem uma constituição espiritual e física que corresponde às dimensões do corpo humano natural” e opera conforme sua fisiologia (SMITH, 1994, p. 155). A soberania seria a alma artificial que animaria toda esta corporeidade; os magistrados, suas juntas; a recompensa e o castigo, os nervos; a prosperidade e a riqueza sua força; os conselheiros, sua memória, a justiça e as leis, a razão e a vontade artificiais deste ser. Da mesma forma que um corpo natural, este homem artificial igualmente estaria sujeito à higidez e à enfermidade, sendo a concórdia sua saúde e, ao contrário, a sedição sua doença e a guerra civil sua morte. O pacto seria seu instrumento de regulação e aquilo que uniria

todas as partes desse corpo político (HOBBS, 2003; SCOTT, 2004, p. 180; SMITH, 1994, p. 154-157).

Todavia, da ficção dos dois corpos do rei ao homem artificial de Hobbes, muita coisa mudou na relação desta imagem entre corpo natural e corpo político. Com o tempo, menos do que uma crença que explicava a ordem cósmica e a composição hierárquica da sociedade, esta alegoria seria mais utilizada como um poderoso e recorrente instrumento retórico com finalidades majoritariamente pragmáticas. Pretendia-se utilizar a força e a simplicidade da metáfora na apresentação de argumentos, às vezes um tanto quanto complexos, para melhor mover e atrair leitores e públicos dentre uma população nem sempre tão acostumada às dificuldades das teorias políticas (KANTOROWIC, 1998; OSTRENSKY, 2005, p. 55). Desta forma, aquele modelo que visava a manutenção da ordem social, procurando a acomodação do súdito na função que lhe cabia – a conformidade na diversidade, como na reflexão do apóstolo Paulo ² – passaria por graves transformações durante os séculos XVI e XVII. Como aponta Jonathan Gil Harris, neste período, esta analogia orgânica da política, herdada dos escritores clássicos e medievais, se tornou “cada vez mais disfuncional e, em um sentido muito literal, patológica” (1998, p. 1).

A dessacralização do conceito eclesiástico de *corpus mysticum*, a partir do século XII, levou a Igreja a ser entendida apenas como um corpo político, similar a qualquer outro do mundo secular. Desde a Querela das Investiduras e o início dos choques com o centro da fé em Roma, fortaleceu-se a ideia, desenvolvida e aproveitada por juristas, acadêmicos e estadistas, do Estado como uma entidade corporal em contraste com a Igreja (KANTOROWIC, 1998, p. 133). Quanto mais as disputas entre os poderes temporais e espirituais se agudizavam, mais se fortalecia esta visão corporativa do reino. A Reforma e a quebra definitiva com a doutrina romana e com o papa auxiliaram na proeminência desse processo de secularização da analogia. Os novos Estados protestantes estavam menos interessados em explicar o caráter espiritual deste corpo do que buscar esclarecimentos sobre os tormentos políticos, sociais e econômicos que assolavam o corpo civil de suas próprias nações. Assim, como diz Harris, “o movimento dos corpos eclesiásticos aos civis igualmente possibilitou uma

² 1 Coríntios 12.

comprometida biologização da metáfora”. Isso fez com que os usuários do tema em sua roupagem pós-reformada – em contraste com seus antecessores clássicos e medievais – fossem obcecados pela questão das doenças que afetavam o corpo social e político (1998, p. 32, 33).

Desta forma, influenciado pelas obras de fisiologia, patologia e farmacologia renascentista, o discurso político se colaria fortemente ao discurso médico.³ Durante a Idade Moderna, as versões desta analogia somática entre *physis e polis* seriam contaminadas pelo vocabulário e soluções da medicina. Os acontecimentos políticos deixariam de ser explicados unicamente pela ação da Providência ou da Fortuna, passando a serem vistos como desequilíbrios de um corpo enfermo, que, com o diagnóstico, prescrição e medicação adequada, poderia ser curado tal qual o corpo natural. Como o homem abatido por uma enfermidade, o Estado da mesma forma precisava de toda atenção e cuidado para ser curado dos males que o afligia. De tal modo, segundo Harris, “elaboradas considerações das diversas doenças do corpo político e seus remédios fazem sua primeira aparição na literatura deste período”. O campo da política não apenas tomara emprestada uma concepção médica para explicar as doenças civis, como ajudou a consolidar novos fundamentos a respeito da origem das enfermidades (1998, p. 3).

Os períodos Tudor e Stuart marcam uma troca constante e sem precedentes entre “as instituições médicas e políticas e seus discursos” (Ibid., p. 19). De um lado, escritores, panfletistas e dramaturgos procuravam não apenas explicar as características das doenças que afetavam o Estado, mas elegiam a si mesmos “como médicos da nação”, indicando uma série de remédios civis para “expelir as aflições do corpo político”. (Ibid.: 3) Do outro, para além da percepção dos próprios médicos de que os autores políticos estavam tirando suas analogias da arte médica, estava a vontade deles mesmos intervirem e contribuírem com o debate público, publicando obras com um claro tom político em favor da recuperação do corpo do reino. Em meio a tudo isso, o médico se torna um importante personagem em obras e diálogos políticos coevos,

³ Um bom exemplo dessa relação de vocabulários entre os discursos médicos e políticos é apropriação do termo em latim “*crisis*” (crise), primariamente ligado à medicina como um importante conceito aplicado ao campo da política (KOSELLECK, 1999: 203 e 229).

incumbido de diagnosticar os desarranjos e fornecer a explicação da medicina para a cura daquele corpo civil (Ibid., p. 19; SCOTT, 2004, p. 78).

Com essa tradição, John Rogers dialogaria para desenvolver seus argumentos iniciais em *Diapoliteia*. O republicano milenarista descreve a *commonwealth* como um corpo, cuja cabeça seria Jesus Cristo e seus membros aqueles adeptos à Sua Causa e Seu Interesse. Estes comporiam as partes mais sadias e sociáveis de toda aquela constituição. Assim, abre sua obra dizendo que analisará a fisiologia deste corpo, mostrando as partes, faculdades, funções, temperamentos, etc., pertencentes a essência e natureza da Causa, e, igualmente, sua patologia, indicando como as principais partes são afetadas e atuam sobre o perfeito funcionamento deste corpo (ROGERS, 1659).

Tais reflexões se desenvolvem na polêmica traçada com os autores a quem se opõe e em seu projeto teocrático. Ao longo de *Diapoliteia*, em sua defesa da *commonwealth*, se pode vislumbrar o que Rogers pensaria sobre a natureza e ordem dessa entidade corporal abstrata. No entanto, algo que queremos destacar, dentro desta temática da relação entre o corpo natural, o corpo político e as práticas médicas, é o combate que fomenta contra a anatomia republicana de William Prynne e as prescrições que Richard Baxter faz ao exército.

John Rogers e o combate pelo diagnóstico correto do corpo político

Algo interessante em *Diapoliteia* é que Rogers não usa apenas a analogia entre o corpo natural e político para descrever e analisar os desarranjos sociais. Não estava apenas preocupado em prescrever comportamentos que recuperariam a saúde da *commonwealth* e afastariam do horizonte qualquer possibilidade de retorno da monarquia. Ao contrário, sua disputa se dá, em princípio, pelo conhecimento e aplicação dos próprios métodos médicos utilizados nos diagnósticos de Prynne e Baxter. Como pretende mostrar, os fins e objetivos daqueles autores em defesa do governo real não eram apenas um problema a ser combatido por seu posicionamento republicano. Os meios que utilizavam para atacar a república e possibilitar a morte daquele corpo eram

igualmente motivos de preocupação. O próprio discurso médico de seus oponentes deveria ser atacado.

O advogado William Prynne, em *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized*, se propõe a realizar uma anatomia daquele triunvirato de agitadores da *Good Old Cause* e de defensores da *commonwealth*, composto, segundo ele, por republicanos, sectários e membros do exército. Como nos diz, ao deixar de olhar apenas externamente para seu objeto, mas, ao contrário, penetrando em seu interior, em busca de suas verdadeiras origens e fontes, percebeu “que eram, na verdade, jesuítas e antigos traidores da Conspiração da Pólvora”, secretamente projetada e promovida “por cardeais papistas, jesuítas, padres e agentes de todos os tipos”, e que fora, no entanto, “visivelmente continuada e efetuada por apostata[s] republicano[s] e membros sectários do último Longo Parlamento, exército e seus confederados” (PRYNNE, 1659, p. 1).

A afirmação de Prynne de que a *commonwealth* era uma geração papista era uma grave ofensa a todos os republicanos puritanos e receberia uma furiosa resposta nas páginas subsequente de *Diapoliteia*, que infelizmente não poderão ser analisadas aqui. No entanto, o primeiro argumento levantado por Rogers contra o advogado não dizia respeito a um grande evento ou debate coevo, mas sim a seu método de médico anatomista. Para Rogers, a forma como Prynne tratou o corpo da *commonwealth* se aproximava mais a um açougueiro a dilacerar um pedaço de carne do que ao cuidado e a habilidade exigidas a um anatomista (ROGERS, 1659, p. 1, 2). Em uma época em que o discurso médico e o discurso político se confundiam, a realização de um procedimento equivocado no corpo civil poderia trazer graves consequências à forma como seriam interpretados os assuntos do governo e os grupos que lutavam pela implantação da república. Combater esta análise médico-política do advogado era deslegitima-lo, indicando os enganos que realizou no diagnóstico e exame do corpo político. Até porque, como percebe o republicano, Prynne não visava a recuperação da *commonwealth*, mas, ao contrário, sua morte (Ibid., p. 2).

Antes de entrar propriamente nos equívocos cometidos pelo advogado, Rogers trata de apresentar os instrumentos de crueldade que Prynne possuiria para realizar sua carnificina. Entre estes, segundo lista o republicano, estariam “a navalha de sua língua”, enganando, caluniando e difamando; sondas, feitas das próprias fornalhas jesuítas,

utilizadas em suas pesquisas; “tesouras cavaleiris, para nos cortar como espúrios republicanos como carne orgulhosa; [e] serras episcopais, para fazer estragos dos tais que vão sob o nome de sectários”. Igualmente Prynne possuiria pinças presbiterianas, “para nos despedaçar e puxar”; cordas, “para amarrar aqueles que são pela liberdade de consciência; alguns ganchos brutais para arrastar”, etc. Para prender o corpo a ser anatomizado, reservaria uma mesa, “com os mesmos anéis, correntes, grilhões e perfurações que antes eram usados para nos prender e fazer-nos todos escravos”. Estas, segundo o republicano, “são suas ferramentas de trabalho, e desta forma ele entra em sua anatomia sanguínea, para o prejuízo da viva *commonwealth*” (Ibid., p. 2, 3).

O advogado, em sua tentativa de se arriscar nas artes médicas, teria realizado uma “confusa anatomia”. Segundo Rogers, o método de Prynne carecia de regra, razão ou ordem, não fazendo qualquer “discriminação entre as partes similares e dissimilares da *commonwealth*” (Ibid., p. 2). Assim, deveria ter ordenado seu objeto ou por dignidade ou dissecação. Pela primeira se observaria “quem e onde está sua cabeça; que é o assento da sabedoria, contendo as faculdades do sentido e do movimento; que tem sobre si a face da majestade; assim como um cérebro ajustado para realizar os deveres e funções animais por todo o corpo da *commonwealth*”. Pela segunda, contemplaríamos “o que ele entende por suas regiões públicas e privadas, e onde começa sua visão das partes, quanto à estrutura, ação, uso e configuração de cada uma delas” (Ibid., p. 3). No entanto, nada disso foi feito. Para o republicano, o que se observava era um “monstruoso barbarismo e um terrível erro de dissecação”, uma arte diabólica que misturava “os membros trêmulos e as partes, nomes mais nobres e respeitáveis desta *commonwealth* com a mais alta violação das leis da natureza, razão e religião” (Ibid., p.2).

Passando a analisar as afirmações do advogado de que teria percebido, ao penetrar nas entranhas do seu objeto, a relação entre os projetos de republicanos e papistas, Rogers, sarcasticamente, se diria surpreendido ao ver um anatomista que iniciava seu ofício a partir das partes internas, sem antes, no entanto, passar pelas partes externa do corpo. Assim, para o republicano milenarista, o trabalho realizado por Prynne estaria mais próximo da adivinhação ou da bruxaria do que da arte da anatomia em si. Apesar de conhecer e citar alguns exemplos de adivinhos que utilizaram entranhas de animais mortos para prever o futuro, diz nunca ter conhecido essa prática

entre os anatomistas. Desta forma, como desafio, incitava Prynne a mostrar que o Estado Livre, visto a partir de fora e sem a utilização de qualquer feitiçaria, era realmente um projeto jesuíta como sugeria (Ibid., p. 4).

Para Rogers, a habilidade do advogado puritano estaria mais na ectomia ou na apotomia, quer dizer, na remoção de órgãos ou no expurgo de alguma parte do corpo, “do que na verdadeira arte ou Anatomia da *commonwealth*”. Esta, segundo o republicano, requeria “uma mão e cabeça mais suave, uniforme e hábil do que a do Sr. Prynne ou [mesmo] a minha”, para fazer da região seccionada, o mais “claro discurso através de todos os labirintos e mistérios obscuros do Estado” (Ibid., p. 2). Assim, pedia ao seu oponente, tão distante de todas as “regras da arte, razão ou honestidade em sua descrição da república”, que deixasse aquele verdadeiro colégio de medicina cirúrgica, ou seja, o Parlamento, refletir e julgar a respeito do corpo da *commonwealth*. Além disso, desejava que Prynne, em tempo futuros, antes efetuar qualquer corte, dissesse aos seus leitores qual criatura pretendia analisar e onde estava localizada a cabeça dessa corporeidade (Ibid., p. 4, 5).

Dando continuidade à sua análise sobre os apontamentos médico-políticos de seus adversários, Rogers declara que aquilo que Prynne havia sugerido “como um instruído anatomista, o senhor B[axter] tem reforçado tão bravamente como um médico (em seu prefácio ao exército)” (Ibid., p. 10). Na apresentação de *A Holy Commonwealth*, dedicada a todos aqueles “que causaram nossos numerosos e notáveis eclipses desde 1646”, Richard Baxter não assumiria propriamente o papel do médico a curar um corpo, mas sim do religioso interessado em salvar as almas e os súditos da danação. Seus argumentos são construídos para desengajar aqueles envolvidos nas recentes mudanças políticas e que levaram a destituição de Richard Cromwell. Desta maneira, tentou mostrar o quanto a rebelião aos governantes era prejudicial à consciência dos súditos e à segurança da *commonwealth* (BAXTER, 1659).

O republicano, no entanto, veria as prescrições teológicas de Baxter como uma tentativa de recuperar a saúde do corpo político em direção à antiga constituição monárquica, dividida em Rei, Lordes e Comuns. Essa leitura, feita por Rogers, se devia à afirmação do ministro religioso de que percebia a autocondenação e arrependimento daqueles a quem escrevia. Por isso, já que a cura havia sido iniciada, a natureza não

deveria ser perturbada por violentos medicamentos (ROGERS, 1659, p. 11; BAXTER, 1659).

Rogers diz não saber o quão estudado era Richard Baxter na arte médica, mas afirma que se o teólogo quisesse seguir verdadeiramente esta ciência, deveria respeitar suas regras na prescrição de medicamentos. Em primeiro lugar, era necessário que discorresse sobre os humores que pretendia evacuar e que afligiam o corpo da *commonwealth*, para então “adaptar sua dose e direção à qualidade da doença”. Feito isso, em segundo lugar, deveria apresentar quais os meios e remédios disponíveis para a cura da disfunção estavam em acordo com o estado da república, afinal “nem todos os medicamentos combinam com todos os homens”. Citando Aristóteles, diz ainda que os médicos não deveriam agir como veterinários, tratando seus pacientes sem lhes dizer a substância que lhes administrava. E questionava a intervenção médica sobre uma enfermidade sem antes conhecer sua “causa e natureza”. Erros que Baxter, segundo o republicano, teria cometido ao prescrever seus conselhos ao exército (ROGERS, 1659, p. 11).

O terceiro ponto a ser observado, conforme John Rogers, diz respeito à necessidade de apresentar as razões que o teólogo sustentava para efetuar aquela cura. Afinal, como afirma, “em curas metódicas, não só os remédios, mas as razões das coisas devem ser avaliadas” (Ibid, p. 11). Como o republicano procura demonstrar, a medicação que Baxter oferece para a obtenção da paz é um tanto quanto agressiva: o “terror do inferno e da danação”. Em seu prefácio ao exército, o ministro puritano lembra que, aos súditos, sob a pena do castigo eterno, é proibida a resistência aos governantes portadores da soberania. Assim, Rogers interpela seu oponente, indicando a gravidade do tratamento que indica: “são esses seus lenitivos?”. Sugere, ao contrário, que, no futuro, o teólogo venha a medicar seus pobres pacientes “com o amor de Cristo e a afetuosa graça do Evangelho”, ao invés do temor da danação e da condenação eterna (BAXTER, 1659; ROGERS, 1659, p. 12).

Em quarto e último lugar, o autor de *Diapoliteia* diz que Baxter deveria tomar mais cuidado futuramente aos remédios que prescreve. Afinal, o ministro, sem tal cautela, poderia ter “aplicado medicamentos hepáticos ou de fígado para os pés, ou cefálicos adaptados à cabeça até as entranhas”. Esses enganos mereciam atenção, pois, segundo o republicano, tendiam ao enfraquecimento e à “destruição da *commonwealth*

em sua força natural”, facilitando a restituição da antiga constituição de Rei, Lordes e Comuns. “A próxima crise” desse corpo preocupava John Rogers, que dizia esperar a ajuda miraculosa do “grande médico do céu e da terra” (Ibid., p. 13).

Os inimigos da *commonwealth* utilizaram as artes e soluções da medicina para analisar o convalescido corpo político. No entanto, segundo o republicano, esses autores, como Prynne e Baxter, menos do que a recuperação desta matéria abatida pela enfermidade, desejavam a sua morte. Sua análise não está posta “sobre a questão da saúde e da doença, mas da vida e da morte”. Não pretendiam “recuperar um paciente moribundo”, mas sim restaurar “uma carcaça há muito morta (que por esta altura fede e está corrupta)”: a antiga monarquia. Era uma medicina de uma operação um tanto estranha. (Ibid., p. 26) Desejavam o fim da *commonwealth*. Para o avanço e realização desta morte, diariamente envenenavam este corpo com o objetivo de acelerar seu aniquilamento. Todavia, como explica John Rogers, o efeito teria sido o inverso. O veneno que lhe aplicavam dia após dia, ao invés de mata-lo estaria produzindo uma cura miraculosa, em nome do Senhor e para o desapontamento de seus opositores (Ibid., p. 10).

Considerações Finais

Diapoliteia, de alguma forma, nos ajuda a compreender essa medicalização do corpo político. Se antes, as explicações providenciais aos maus acontecimentos exigiam igualmente a interferência divina, a Idade Moderna possibilitou a criação de um espaço para a ação humana. Desde que o diagnóstico médico se colou ao discurso político se pode pensar em termos de curas e doenças. Os males e mudanças sociais não seriam apenas a vontade e o castigo de uma entidade superior, mas distúrbios que poderiam ser sanados com o diagnóstico e o tratamento correto. A analogia corpórea permeava a cultura política do período, sendo tanto uma estratégia para a conservação da ordem ou para sua mudança.

O corpo doente era aquilo a ser mudado. E cabia aos escritores coevos a classificação e diagnóstico das enfermidades sociais. Aquele que se afirmava um médico da nação, a refletir sobre a política e o governo, poderia indicar os distúrbios

que precisavam ser sanados. No entanto, a desordem para alguns poderia ser o bom funcionamento de outros. Assim como muitos regalistas viam na Restauração a solução de todos os males, republicanos viam o governo real e estruturado em uma Única Pessoa uma permissão ao interesse privado e de tudo que desarranjaria o corpo político. A categorização das doenças sociais e que deveriam ser tratadas passa a ser motivo de disputa.

No entanto, não só o diagnóstico final interessa ao debate político. Como podemos ver em John Rogers, por meio da polêmica que traça com os regalistas William Prynne e Richard Baxter, a própria análise e método médico é motivo de averiguação. Não lhe interessava apenas mostrar que tem uma reflexão diferente de seus opositores e que, por isso, chega a resultados distintos. Pretendia, ao contrário, mostrar que os erros médicos dos autores que combate, os tinham levado a fazer um diagnóstico equivocado do corpo político. Para Rogers, ao que parece, o discurso da medicina pode se ligar ao campo da política. Mas deve-se, sem prejuízo, manter as peculiaridades e métodos daquela arte e ciência, caso se deseje curar ou fazer um diagnóstico correto do corpo da *commonwealth*.

Fontes

BAXTER, Richard. "The Preface. To all those in the Army or elsewhere [sic], that have caused our many and great Eclipses since 1646". In: _____. *A holy commonwealth, or Political aphorisms, opening the true principles of government: for the healing of the mistakes, and resolving the doubts, that most endanger and trouble England at this time: (if yet there may be hope.) And directing the desires of sober Christians that long to see the kingdoms of this world, become the kingdoms of the Lord, and of his Christ. / Written by Richard Baxter at the invitation of James Harrington Esquire. With a preface to them that have caused our eclipses since 1646. And a sounder answer to the healing question. And the Jesuites method for restoring popery.* London: Printed for Thomas Underhill and Francis Tyton, and are to be sold at the sign of the Anchor and Bible in Pauls Churchyard, and at the Three Daggers in Fleetstreet, 1659.

HARRINGTON, James. "The Art of Lawgiving". In: _____. *The Political Works of James Harrington.* Cambridge University Press, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviatã.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PRYNNE, William. *The re-publicans and others spurious good old cause, briefly and truly anatomized To preserve our native country, kingdom, legal government, Church, parliaments,*

laws, liberties, privileges of Parliament, and Protestant religion from ruine, scandal, and perpetual infamy; to reform, reclaim all Jesuit-ridden seduced republicans, officers, soldiers, sectaries, heretofore, or now engaged in the prosecution of this misintituled good old cause, from any future pursute thereof, and engage them for ever to abominate it, as apparently tending to publike ruin, their own temporal and eternal condemnation, infamy, our religions reproach, in present and succeeding ages. By William Prynne Esq; a bencher of Lincolns Inne. , [London : s.n.], Printed in the year of our Lord, 1659.

ROGERS, John. *Diapoliteia. A Christian concertation with Mr. Prin, Mr. Baxter, Mr. Harrington, for the true cause of the Commonvealth. Or, An answer to Mr. Prin's (perditory) anatomy of the Republick, and his true and perfect narrative, &c. To Mr. Baxter's (purgatory) pills for the Army: and his wounding answer to the healing question. With some soft reflections upon his Catholick (or rather Cathulactick) key; and an examen of the late petition of the sixth of July to this Parliament. In all which we have a most necessary vindication of the cause; of the honourable persons now in Parliament and Council, from the venome and vilification of their pens.* By Joh. Rogers, thorough grace kept (under many sufferings) a faithful servant to Jesus Christ, his cause and the Commonwealth. , London : printed for Livewel Chapman, at the Crown in Popes-Head-Alley, 1659

VANE, Henry. *A healing question propounded and resolved upon occasion of the late publique and seasonable call to humiliation in order to love and union amongst the honest party, and with a desire to apply balsome to the wound, before it become incurable.* , London : Printed for T. Brewster ..., 1656.

Referências Bibliográficas

ACHINSTEIN, Sharon. "Texts in conflict: the press and the Civil War". In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BRIGGS, Julia. *This Stage-play World, texts and contexts, 1580-1625*. Oxford University Press, 1997.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

CAPP, Bernard. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. London: Faber Finds, 2008.

GREAVES, Richard L. "Rogers, John (b. 1627)". In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/23983?docPos=7>> Acesso em: 18 dez 2013.

HARRIS, Jonathan Gil. *Foreign Bodies and the body politic: discourse of social pathology in Early modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HESPANHA, António Manuel. "A Ordem". In: _____. *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas Sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HOY, Suellen M. "John Rogers: A disillusioned Fifth Monarchy Men". *Albion*, vol. 4, n. 3, 1972.

KANTOTOWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KEEBLE, N. H. "Baxter, Richard (1615-1691)" In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/1734?docPos=1>> Acesso em: 28 set 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LAMONT, William. "Prynne, William (1600-1669)" In: *Oxford Dictionary of National Biography*. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/22854?docPos=1>> Acesso em: 02 out 2011.

_____. *Marginal Prynne 1600-1669*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press, 2004.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Família, soberania e monarquia na República de Jean Bodin". In: BICALHO, M. F. FERLINI, V. L. A.. *Modos de Governar*. São Paulo: Alameda, 2005.

ORME, William. *Life and Times of the Rev. Richard Baxter: a critical examination of his writings. Vol. II*. Boston: Crocker & Brewster, 1831.

_____. *Practical Works of Rev. Richard Baxter: with a life of the author, and a critical examination of his writings*. London: printed by Mills, Jowett and Mills, 1830.

OSTRENSKY, Eunice. *As revoluções do poder*. São Paulo: Alameda, 2005.

SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. "Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a Guerra Civil e Interregno na Inglaterra seiscentista (1640-1660)". *7 Mares*, vol. 1, n. 2, abril/2013.

_____. *Relações de Poder e Cultura Política em Hamlet de William Shakespeare*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História), Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.

SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles: republican writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SKERPAN, Elizabeth. *The rhetoric of Politics in the English Revolution, 1642-1660*. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SMITH, Nigel. *Literature and Revolution in England 1640-1660*. New Haven and London: Yale University Press, 1994.

SOLT, Leo F. "The Fifth Monarchy Men: Politics and the Millennium". *Church History*, Vol. 30, n.3, 1961.

WOOLRYCH, A. H. "The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate". *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957.

Recebido em 10/03/2014/
Aprovado em 20/06/2014.